



**Ata da 48ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

1 Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas e
2 trinta minutos em segunda chamada, reuniram-se no ginásio de esportes Glorinha Futebol
3 Clube, no centro de Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da APA do Banhado
4 Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho
5 Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

6 Div. Pesq. Manut. Coleções/SEMA – Jan Karel Felix Mahler Junior

7 UFRGS - Terezinha Guerra

8 Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

9 Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

10 Prefeitura de Gravataí - Paulo Roberto Muller

11 Comitê Gravataí - Manoel Adam

12 Comitê Gravataí – Sergio Cardoso

13 SEMA – Letícia Rolim Vianna

14 SEMA – Cecília Schuler Nin

15 INCRA - Paulo Heerdt Junior

16 DRH - Gabriel Muller

17 AAFISE – Marthin Zang

18 AMBG – José Ernani Silveira

19 Quilombos – Berenice Gomes de Deus

20 Quinta da Estância – Lucídio Goelzer

21 EMATER – Vanessa Rosa dos Santos Sperotto

22 FIERGS – Alcídio Eduardo Bottin da Silva

23 FIERGS - Tiago José Pereira Neto

24 FIERGS – Leonardo Silveira Ritta

25 FARSUL – Marino Cestari Filho

26 FARSUL – Marcelo Camardelli Rosa

27 APNVG - Tânia Maria Dias Peixoto

28 CURICACA – Alexandre Krob

29 **Aprovação da ata:** A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim
30 Vianna, que iniciou colocando em votação a ata da 48ª assembleia ocorrida em 06/05/2019 que
31 foi aprovada por unanimidade.

32 **Plano de Manejo:** Letícia chamou o servidor Jan Karel/DBIO/SEMA para apresentar o
33 andamento do meio biótico, desenvolvido pela então FZB, que foi o primeiro ponto da pauta do
34 dia. Jan informou que o meio biótico não está totalmente concluído. Relembrou o início do



35 trabalho do Plano de manejo, em 2014, que foi feito com o conselho e a equipe da zoobotânica
36 por meio de reuniões e oficinas para traçar estratégia de como fazer os levantamentos, contou
37 como foram elaboradas as perguntas orientadoras do plano de manejo. Falou da importância
38 de saber quais espécies são as mais importantes para a conservação da APABG e que essas
39 serão escolhidas como alvos de conservação, sendo que estes não são apenas espécies, mas
40 também podem ser os ambientes.

41 Informou que Ricardo Aranha é quem está fazendo o geoprocessamento, ferramenta
42 que vai estabelecer a forma de apresentar todas as informações levantadas em campo e nos
43 dados secundários. Esta ferramenta disponibiliza as informações de forma fácil de identificar.
44 As áreas da APA foram separadas em cinco unidades de paisagem (que serão unidades de
45 gestão) com características geomorfológicas, formações vegetais, drenagens, especialização
46 das espécies de interesse e alvos de conservação entre outras características semelhantes.
47 Foram usadas informações da pesquisadora Loretti, que trabalhou com unidades de paisagem
48 para a APABG na década de 90 em sua tese de doutorado, e que estão sendo usadas como
49 base para planejamento. Jan mostrou imagens do banhado antes da construção do canal do
50 DNOS, disse que estas imagens subsidiam a criação de cenários possíveis para a recuperação
51 e conservação, mas que não se tem a pretensão de recuperar integralmente o banhado como
52 na sua forma original, mas a imagem ajudará a produzir cenários e mapas para a gestão.

53 A respeito do levantamento da flora, a equipe responsável fez um trabalho
54 qualitativo, trabalhando com as fitofisionomias da APA, mas também subgrupos dessa
55 equipe fizeram trabalhos específicos a exemplo das cactáceas. Outras formações como
56 campestres e macrófitas aquáticas, tinham prevista uma contratação de um botânico
57 especialista por conta da indisponibilidade de profissionais da FZB, porém, ela não se efetivou
58 por questões burocráticas. Assim, informou que a equipe vai trabalhar com a informação que
59 está disponível hoje, prevendo que no futuro se viabilize uma contratação específica para
60 trabalhar com essas formações. Disse que está em negociação a possibilidade da
61 pesquisadora da UFRGS, Ilsi Boldrini (especialista em campos), trabalhar com a vegetação
62 campestre da APA, porém ainda não existe a confirmação disto. O levantamento da flora foi
63 bastante extensivo com amostragens das mais representativas possíveis da APA, porém ainda
64 haverá alguma lacuna. Mostrou vários gráficos que ilustram as ocorrências de famílias e
65 espécies além de imagens das formações, fitofisionomias, tipos de florestas, banhados, etc,
66 para ilustrar os trabalhos dos pesquisadores sobre a flora da APABG. A equipe técnica
67 estabeleceu como alvos de conservação as matas paludosas de terras baixas, áreas úmidas e
68 nascentes, algumas espécies novas pra ciência que foram descobertas nos levantamentos e
69 descritas recentemente, espécies ameaçadas de extinção (quatro delas estão criticamente
70 ameaçadas de extinção), espécies raras, espécies endêmicas e matrizes de espécies arbóreas
71 para recuperação da vegetação. Contou que encontraram florestas não plantadas de araucária
72 dentro da APA, formações características de mata atlântica *stricto sensu*, e também butiazais,
73 que são característicos do bioma pampa. Comentou ainda que das 22 espécies exóticas de
74 flora identificadas nos estudos, cinco são críticas e precisarão de alguma atenção no plano de
75 manejo: capim anonni, pinus, asparaguinho, braquiária e lírio do brejo.

76 Referente à fauna foram trabalhados cinco grupos de vertebrados (peixes, anfíbios,
77 répteis, aves, mamíferos), e um grupo de invertebrados, os moluscos. Muitas das informações
78 referentes aos invertebrados serão advindas de dados secundários por conta da falta de
79 equipamento para o estudo. No grupo dos peixes foram encontrados dois peixes anuais com
80 risco de extinção e uma espécie nova descoberta em 2014 que provavelmente será alvo de
81 conservação. Existem outros dois peixes anuais que tem ocorrência potencial na APABG que
82 devem ser levantados futuramente sendo que um deles também é uma espécie nova descrita
83 em 2014. Sobre os répteis até o momento nenhuma espécie registrada tem relevância para



84 proteção. Jan ressaltou a importância de um diálogo entre os planos de manejo da APABG e
85 do RVSBP em virtude de que as duas UCs tem muitas coisas em comum, já que uma está
86 contida na outra, e por isso algumas ações devem ser pensadas em conjunto. No grupo das
87 aves, dez espécies são ameaçadas, porém nem todas serão alvos de conservação da APA. No
88 grupo dos anfíbios, ressaltou a importância da conservação dos ambientes para a
89 sobrevivência das espécies, que existe um gênero que é classificado como ameaçado e que
90 possivelmente exista uma espécie nova para a ciência a ser descrita. Nesse grupo haverá uma
91 espécie definida como alvo de conservação. Jan terminou sua fala relatando que no grupo dos
92 mamíferos, o tuco-tuco, que ocorre na coxilha das lombas será alvo de conservação, assim
93 como o cervo do pantanal, que mesmo sendo alvo de conservação do RVSBP será também da
94 APABG, pois esta espécie necessita de expansão de sua área de ocorrência para além dos
95 limites do RVSBP para manter a viabilidade. Não é comum duas UCs terem o mesmo alvo de
96 conservação, por isso se abrirá uma exceção em virtude da característica do alvo. Além desses
97 mamíferos outros serão considerados espécies de interesse, como é o caso do bugio, que está
98 perdendo habitat por fragmentação, competição com animais domésticos e desmatamento,
99 assim como os felinos ocorrentes na APA.

100 Sergio Cardoso, perguntou a respeito do detalhamento dos estudos nas áreas onde
101 estão propostas as unidades de conservação municipais de Glorinha e Gravataí tendo em vista
102 o acordo dos municípios com o MP e a elaboração do PM em paralelo. Jan informou que não
103 tiveram acesso a essas áreas e que o PM não é estanque, mesmo depois do término ele
104 passará por revisões periódicas e surgirão outras necessidades. Esse é um dos pontos que
105 poderia ficar indicado no Plano de Manejo para ser feito na sequência. Cecília disse que a
106 dinâmica das áreas úmidas é a parte mais importante para a questão dos municípios e as
107 propostas de UCs. Sergio Cardoso questionou também sobre a participação das prefeituras no
108 processo do PM e Cecília respondeu que existe uma Câmara Temática de acompanhamento
109 do PM e que as prefeituras que tem interesse estão acompanhando e participando ativamente
110 das análises de cada produto, apenas a Prefeitura de Viamão não tem participado nem das
111 reuniões do Conselho da APA nem da CT. Jan sugeriu que a consultoria do planejamento seja
112 chamada para explicar como será feito o trabalho. Priscila comentou que o levantamento
113 biótico nas regiões das futuras UCs é muito importante para reforçar a relevância da sua
114 regularização. Sergio complementou dizendo que essa é uma provocação haja vista que as
115 definições do PM terão consequências diretas nos municípios. Jan lembrou que as prefeituras
116 vão ser chamadas para os workshops e terão mais uma chance de participar.

117 No segundo item dessa pauta, Tiago Pereira (coordenador da CT), fez um relato dos
118 trabalhos da CT de acompanhamento do PM. Foram feitas três reuniões depois da última
119 reunião do conselho. A CT está trabalhando intensamente em várias frentes, acompanhamento
120 e aprovação dos produtos da socioeconomia e do plano de trabalho, e metodologia do
121 planejamento. Em reunião com a Biolaw a CT recebeu informação a respeito de como será o
122 formato do PM, as oficinas setoriais, etc. Em uma das reuniões o diretor do DBio esteve
123 presente para ouvir sobre a preocupação das entidades com o atraso dos pagamentos. Em
124 outra oportunidade foi entregue uma manifestação das entidades componentes do CT de
125 acompanhamento do Plano de Manejo no sentido de alertar o Secretário quanto às
126 consequências do atraso dos pagamentos das contratações.

127 Quanto à forma de trabalho da CT, para todos os produtos entregues até agora foi
128 seguido o seguinte protocolo: os membros recebem os produtos, analisam e quando entendem
129 que deve haver algum ajuste, emitem seus apontamentos, estes são compilados em um
130 relatório que é entregue a consultoria para que a mesma possa efetuar as mudanças cabíveis
131 ou justificar, após retorno da consultoria. Se for suficiente, é feita a aprovação do produto e
132 abre-se um processo para pagamento da parcela referente ao mesmo. Até agora já sofreram



133 esse processo dois dos produtos entregues pela consultoria da FAURGS que entregaram que
134 os devolveram com as devidas retificações e só então foram aprovados, e um produto da
135 consultoria da Biolaw que também já foi aprovado. Sobre o último relatório da socioeconomia,
136 este está em análise, 01 de julho foi o prazo para os integrantes da CT se manifestarem, o
137 coordenador da CT irá compilar as informações no relatório que será entregue a consultoria.
138 Dia 5/7 o relatório de acompanhamento será fechado com todos os conselheiros da CT em
139 uma reunião. Sobre o diagnóstico do meio biótico, Tiago disse que essa apresentação
140 explanada por Jan já havia sido apresentada em uma reunião da câmara temática, que é
141 notável o trabalho e o esforço da equipe da FZB e que o CT aguarda a disponibilização dos
142 relatórios do meio biótico para análise e aprovação dos produtos neste fórum.

143 Na pauta seguinte foram prestados esclarecimentos a respeito de reunião ocorrida em
144 24 de junho entre SEMA e Ministério Público onde o Promotor aproveitou a estada do
145 Secretário de Meio Ambiente, Artur Lemos Junior, a Diretora-Presidente da FEPAM, Marjorie
146 Cauffmann, o Procurador do Estado, agente setorial da SEMA, Juliano Heinen, e o diretor do
147 DBio/SEMA, Diego Melo Pereira para discutir a questão do pagamento que até então ainda
148 não havia sido feito. Essa reunião gerou uma ata que foi lida na íntegra para os conselheiros
149 que segue em anexo.

150 Foi relatado ao conselho o esforço da CT de acompanhamento do Plano de Manejo que
151 elaborou o Of. CDAPABG/SEMA Nº 05/2019 direcionado ao Secretário de Meio Ambiente e
152 Infraestrutura, Arthur Lemos, C/C para o Diretor do DBio, Diego Melo, solicitando solução
153 urgente dos entraves burocráticos no pagamento das consultorias, e que foi entregue pelo
154 coordenador da CT, Tiago Pereira, ao Secretário Adjunto, Paulo Pereira. A pesar de terem sido
155 feitos outros esforços para que este pagamento ocorresse, somente a partir da entrega deste
156 documento é que o problema começou a ter visibilidade dentro da Secretaria.

157 O Diretor do DBio entregou a Folha de Informação nº 04/2019 – DBIO/SEMA em 26 de
158 junho de 2019 às servidoras da APA a fim de esclarecer ao seu Conselho as diligências
159 realizadas pela SEMA. Este documento também foi lido aos conselheiros, porém parcialmente
160 e segue anexo. Até o momento da reunião não havia informação do pagamento.

161 Paulo Heerd, perguntou se o recurso sofre algum tipo de reajuste e Letícia respondeu
162 que sim e que inclusive a consultoria pode solicitar pagamento deste reajuste.

163 Sergio Cardoso propôs reflexão, colocou que a condição financeira do Estado já é
164 sabida por todos e que a pesar disso seria interessante fazer um apoio institucional em todos
165 os espaços no sentido de manter plano de manejo acontecendo a fim de entrega-lo no prazo
166 estipulado pelo MP que é maio de 2020. Disse que foi muita energia gasta sem resultado, mais
167 de 6 anos tentando fazer com que o plano aconteça e que as instituições devem aproveitar
168 essa mudança de governo para terminar o PM, mesmo que não seja o mais perfeito, mas que
169 pelo menos se vença esta etapa. Esta deve ser uma meta para o conselho, aproveitando o final
170 da “intervenção branca” feita no governo passado, fazer com que o Plano de Manejo saia nos
171 dois primeiros anos deste governo. Reconheceu o esforço do Tiago, representante da FIERGS,
172 e do MP. Letícia Concorde com a importância da sua finalização na data prevista e frisou que o
173 plano de manejo não é estanque, estará sempre sendo atualizado na medida das
174 necessidades. Cecília lembrou que os problemas até o momento sempre foram de ordem
175 burocrática e administrativa (como má gestão de recursos), pois as questões técnicas sempre
176 foram bem encaminhadas pela FZB que sempre deu o retorno solicitado nos prazos.

177 No item da pauta “Relato da Câmara Temática sobre a IN 02/2018” Cecília iniciou
178 contando que após a reunião do conselho, em 5 de maio, aconteceu uma reunião de gestores
179 que teve a IN 02/2018 como uma das pautas e que gerou uma proposta de alteração. Esta



180 proposta foi levada para o CT do Conselho da APABG para apreciação e manifestação onde
181 foi analisada item por item.

182 Sobre o processo de alteração da constituição do Conselho, Cecília continuou a
183 colocação explicando que o trâmite para sua alteração, segundo o Regimento interno,
184 determina abertura de aviso público, e a IN 02/2018 fixa o seguinte trâmite: formação do GT,
185 edital de cadastramento, divulgação do processo eleitoral, avaliação do GT ou da plenária,
186 definição da plenária e publicação de Portaria. Apesar de o conselho ter se manifestado na
187 reunião anterior no sentido de manter o trâmite do regimento, a SEMA entende que é prudente
188 seguir o trâmite definido na IN, já que essa questão não irá mudar na nova proposta de IN, que
189 isso não traz prejuízos aos Conselhos (tanto que não foi um ponto de questionamento dos
190 conselheiros) e que o setor jurídico da SEMA já advertiu que a IN se sobrepõe ao Regimento.
191 Cecília disse que no próximo item que é a alteração do Conselho e que então, gostaria de
192 seguir o trâmite da IN. Ninguém manifestou oposição.

193 Em 22 de maio Tiago Pereira, informou que o SINDIEÓLICA tem interesse em participar
194 do conselho da APABG e a entidade em questão já encaminhou ofício formalizando, portanto o
195 conselho deve se posicionar quanto a essa alteração. Outra proposta de alteração é a entrada
196 da dona Berenice, representante do quilombo da Anastácia, que se faz presente hoje na
197 reunião e tem interesse em ocupar a vaga do quilombo Cantão das Lombas ou a suplência
198 dessa vaga. A proposta encaminhada é que se ocupe 13 vagas para o setor governamental e
199 14 para o não governamental, porém o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio
200 da Patrulha-STRSAP, que em princípio ocuparia uma vaga não governamental, ainda não se
201 manifestou até o momento, sendo assim há possibilidade de exclusão dessa vaga e neste caso
202 o conselho ficaria paritário contendo 13 vagas para cada setor. A proposta de diminuição das 4
203 vagas da FIERGS para 2 também foi encaminhada. O conselho segue aguardando a
204 manifestação do Sindicato Rural de Viamão ou de Santo Antônio da Patrulha, haja vista que o
205 Maurício Barcelos tinha solicitado que a entidade fosse permutada pelo Sindicato Rural de
206 Santo Antônio da Patrulha. Priscila sugeriu que entre em contato com Maurício Barcelos para
207 perguntar se existe alguma definição. Na sequência Marcelo Rosa, informou que em relação a
208 vaga do Sindicato Rural, ele, em nome da FARSUL se compromete em fazer o contato com os
209 sindicatos Rurais de Santo Antônio, Viamão e Gravataí para fazer essa definição. Jordana
210 informou que em contato com o STRSAP tem informação de que os mesmos não tem condição
211 de assumir esse compromisso no momento e Letícia disse que em contato com esta entidade
212 foi informada que este assunto estava em discussão interna e que assim que houvesse um
213 posicionamento seria informado ao Conselho. Tiago apresentou dois questionamentos. 1º -
214 sobre a IN, a reformulação foi aprovada internamente? Será publicado em diário oficial? E em
215 que momento? Sobre esses primeiros questionamentos, Cecília explicou que a minuta da
216 proposta de alteração da IN foi construída pela equipe da DUC e que a APABG achou por bem
217 submetê-la ao conselho para manifestação. Falou que as alterações na IN provavelmente não
218 serão todas exatamente como o Conselho da APA sugeriu, pois o documento orienta todos os
219 conselhos e não apenas o da APA por isso todos os gestores de todas as UCs tem
220 participação nessa construção, mas que todos os apontamentos do Conselho da APA estão
221 sendo incorporados ao processo. Tiago concluiu que os gestores entendem que a IN não é
222 ilegal, apenas deve ser adequada às demandas e realidades dos conselhos gestores de todas
223 as UCs e lembrou que este Conselho manifestou entendimento de que a IN é ilegal. Quanto a
224 isso, perguntou para Cecília sobre a manifestação dos gestores a respeito da Moção da
225 APABG. Cecília disse que os gestores não se manifestaram a respeito deste documento e
226 lembra que o setor jurídico da SEMA, quando foi questionado, respondeu que não entende que
227 a IN é ilegal e inclusive reforça que a IN se sobrepõe ao regimento em termos de força de lei.



228 Paulo Herdth, lembrou a reunião ocorrida na FZB e em outro momento na SEMA, e
229 perguntou como as deliberações dessas reuniões foram tratadas pelos gestores. Cecília
230 informou que as poucas coisas da minuta dos gestores que ainda estavam em desacordo
231 foram afinadas na última reunião, que o posicionamento do Conselho da APA foi encaminhado
232 via PROA para o Diretor do DBio para ser encaminhado para portaria e que as sugestões da
233 APABG foram acatadas pelos gestores. Possivelmente passará novamente pelo setor jurídico
234 antes da sua publicação.

235 Tiago voltou a falar, agora fazendo seu segundo questionamento que é relativo à composição
236 do Conselho. Lembra que na última reunião pediu que enviassem as propostas de alteração
237 para que as instituições pudessem trabalhar internamente e disse não recordar de ter recebido
238 por e-mail tal proposta. Pediu novamente uma manifestação oficial de proposta de alteração.
239 Informou que o momento para alterar composição de conselho é extremamente sensível, uma
240 vez que estamos em construção do Plano de Manejo, que muitas composições estão para ser
241 feitas e a FIERGS está perdendo metade das vagas. Cecília pediu desculpas e lembrou que
242 esta questão constou na última ata enviada uma semana antes ao Conselho e disse que se
243 não foi suficiente é possível que se encaminhe a memória da reunião do CT de alteração do
244 conselho ocorrida em abril, e Leticia reforçou o pedido de desculpas e argumentou que
245 entendeu que as informações enviadas no e-mail de convocação seriam suficientes para essa
246 finalidade solicitada por Tiago. Tiago perguntou quais as entidades que não estão
247 comparecendo, questionou se o Conselho deve tomar decisão tão radical num momento tão
248 sensível onde se vai mobilizar a sociedade para discutir o plano de manejo e incluir uma série
249 de atores onde cada fala é valiosa, no momento que quem está lá na ponta está percebendo
250 nosso trabalho e nós estamos alterando a composição do conselho. Perguntou se alguém se
251 debruçou neste tipo de avaliação também. Cecília explicou que foi pelas faltas que a CT de
252 alteração do conselho foi criada, pois é um momento importante de tomada de decisão e está
253 sendo feito um esforço no sentido de trazer as entidades para as discussões em um conselho o
254 mais paritário possível, na intensão de trazer definições que sejam as mais representativas
255 possíveis, nesse sentido o conselho abriu a discussão para que todos decidam juntos.

256 Alexandre Krob voltou à questão da IN e colocou que lhe parece que está em um
257 momento de reorganização e que em análise da Instrução Normativa 02/2018 foram
258 detectadas inconstitucionalidades em relação a Lei Federal que regulamenta a formação dos
259 Conselhos de UCs, que tem coisas que estão claramente na Lei Federal e que foram omitidas
260 ou alteradas na IN, que o Instituto Curicaca, que participa de vários conselhos, fez um
261 encaminhamento ao Ministério Público solicitando uma avaliação já que ela afeta todas as UCs
262 Estaduais, sendo assim precisa estar claro que estamos fazendo uma alteração de Conselho
263 no momento em que a IN em vigor está sendo questionada, pergunta se existe uma demanda
264 de prazo para alteração do conselho ou se é por conta das faltas. Cecília colocou que neste
265 momento o Conselho está irregular, pois muitas entidades como ICMBIO, Sindicato Rural de
266 Viamão, entre outras, a muito tempo não participam e por conta disso é muito necessário que
267 se trabalhe a questão da composição seguindo o regimento ou a IN e que esses dois
268 documentos não são excludentes para a questão de alteração, que é possível fazer a alteração
269 de forma correta independente da alteração da IN e sugere trabalhar a alteração da
270 composição do conselho e a alteração da IN paralelamente. Alexandre Krob deu o exemplo de
271 mudança na IN que transforma as entidades ambientalistas em instituições ambientais, isso do
272 ponto de vista do setor ambientalista não é aceitável, este setor não quer trabalhar com esse
273 conceito abrangente, genérico, que permite que qualquer entidade se encaixe nesse “saco de
274 gato” como entidade ambiental. Desta forma o Curicaca não se posiciona no sentido contrário a
275 alteração do conselho, pois também entende ser necessária, porém solicita que seja mantido o
276 setor ambientalista na composição do Conselho. Cecília enfatizou que esta solicitação na



277 alteração da IN foi incluída e contemplada na minuta que está sendo proposta. Outra questão
278 que Alexandre Krob levantou foi a retirada dos Comitês de Bacia e que Cecília não recorda se
279 foi alterada na proposta.

280 Ivo Lessa falou em nome da FETAG que tem interesse em continuar compondo o
281 Conselho na pessoa do Marcelo Camardelli.

282 Lucídio pediu esclarecimentos a respeito do Art. 13, alínea b, pois no seu entendimento
283 está sendo transferida a decisão para o gestor, baseado apenas nas questões técnicas,
284 portanto um estudo técnico derrubaria a decisão do Conselho. Ele entende que pelo Conselho
285 ser deliberativo, a questão técnica não pode se sobrepor a decisão do Conselho. Priscilla,
286 também entende que como está colocado na IN, a fundamentação técnica se sobrepõe a
287 decisão do Conselho, e concorda com isso. Lucídio seguiu reforçando que não pode ser desta
288 forma por conta do caráter deliberativo deste Colegiado, dizendo que essa é a sua função e
289 que sua decisão não tem obrigação de acompanhar estudos técnicos e científicos.

290 No texto do Art. 13, alínea b, diz que *“Caberá ao órgão gestor (SEMA) acatar a*
291 *manifestação do conselho, exceto se houver argumentação técnica contrária, e neste caso,*
292 *deverá haver nova assembleia para que a SEMA apresente esses argumentos, ainda antes da*
293 *emissão da Autorização para Licenciamento”,* e a palavra **“exceto”** foi bastante questionada,
294 pois abre a possibilidade de haver interferências externas que invalidem a decisão do conselho
295 impedindo o exercício de deliberação. Cecília declarou que essa alínea não foi fruto do trabalho
296 do CT da APABG, que provavelmente tenha sido modificado após a manifestação da APA e
297 que também acha bem perigoso manter o texto dessa forma e sugere que se todos
298 concordarem pode-se encaminhar uma ressalva a esta questão.

299 Tiago disse que a proposta da APA já foi encaminhada e que não cabe ao Conselho
300 contrapor a proposta que todos os conselhos já encaminharam, e acha que só o conselho da
301 APA vai se manifestar. Tania disse que não se sabe se outros conselhos já manifestaram
302 quanto a essa alínea b e Tiago reforçou dizendo que não sabe se essa proposta de mudança
303 não foi feita por outros gestores finalizando sua fala perguntando se cabe a nós provocar
304 novamente essa discussão em função da colocação feita nesta reunião. Cecília defendeu que
305 o Conselho tem direito de fazer outra manifestação esclarecendo que discorda desta alínea, e
306 que isso não necessariamente acarretará a alteração solicitada.

307 Priscila continuou defendendo a sobreposição da questão técnica/científica sobre o
308 poder de deliberação do Conselho, argumentando que nestes casos ocorrerá nova assembleia.
309 Tânia lembrou que na época em que se tentou instalar a mineração de carvão na APA
310 tentaram dar peso maior para a técnica e graças à soberania das decisões do Conselho a
311 atividade de mineração de carvão foi proibida na APA.

312 Terezinha disse ainda ter dúvidas a respeito da possibilidade de fazer a alteração do
313 Conselho paralelamente a alteração da IN 02/2018. Cecília explica que em reuniões passadas
314 foi definido que o Conselho continuaria seguindo o regimento, que no regimento diz que é
315 necessário abrir aviso público e que isso não é excludente da proposta da IN, por isso dá para
316 levar os dois processos paralelamente, pois apesar de não ter o nome de aviso público, a IN
317 prevê a publicidade do processo.

318 Alexandre Krob falou que em relação a alteração da IN preferiria analisar a minuta
319 inteira antes de se manifestar pois além deste item podem haver outros a serem apontados e
320 se nos manifestarmos agora podemos estar concordando com coisas que não estamos
321 enxergando, também disse que não sabe se havia necessidade de o Conselho se manifestar
322 neste momento uma vez que o processo está em fase de tramitação interna na DUC, a não ser
323 que se envie solicitação de prazo para os conselhos se manifestarem. Cecília sugeriu enviar o



324 número do processo para análise da minuta e na próxima reunião discutir os apontamentos e a
325 forma de encaminhá-los. Alexandre Krob questionou se desta forma não haverá atraso no
326 processo.

327 Para Sergio, nesse texto, a alínea b está presumido que o Estado tem direito a recurso,
328 uma vez que se não for aprovado o projeto o mesmo pode voltar com uma revisão do mesmo
329 para pleitear nova aprovação e entende que é um processo um tanto esquizofrênico ter que
330 analisar duas vezes o mesmo processo. Disse também que a questão política sempre pode
331 estar permeando as decisões técnicas. Entende que com este texto existe dubiedade na
332 interpretação, pois não fica claro se o Conselho pode rejeitar qualquer proposta mesmo que
333 tecnicamente viável.

334 Lucidio perguntou quais os passos que um processo de licenciamento percorre até o
335 EIA/RIMA ser apresentado ao Conselho. Foi explicado que após o pedido de licenciamento
336 pelo empreendedor a APA se manifesta em relação ao conteúdo do termo de referência, o
337 empreendedor deve atender todas as demandas do termo de referência, apresentar os estudos
338 e depois disso passará pelo crivo do Conselho para sua manifestação. Após a criação da
339 central de autorizações-CEAUT, diretamente ligada ao gabinete, instituída na gestão passada,
340 processos de menor complexidade não tem passado pela equipe técnica da APA.

341 Manuel colocou sua interpretação a respeito do art. 13 e suas alíneas. Disse que no seu
342 entendimento, se na alínea a disser que a apresentação será feita pelos técnicos, a alínea b
343 fica automaticamente eliminada. Completou dizendo que o que querem é uma ressalva de
344 apresentação dos técnicos para o processo. Cecília não concorda. Leticia frisa que no seu
345 entendimento é a manifestação do conselho que será revista, pois no caso de uma negativa, o
346 empreendedor terá oportunidade de tentar convencer o conselho do contrário e diz não ter
347 entendido se o conselho fica obrigado a mudar seu posicionamento caso sejam apresentadas
348 justificativas técnicas relevantes.

349 Ivo Lessa disse que não entende o motivo da manifestação do conselho, pois ela só se
350 dará se o órgão licenciador encaminhar, só irá para análise do conselho aquilo que o órgão
351 licenciador deliberar. No seu entendimento acha que o conselho está querendo ultrapassar a
352 competência do órgão gestor, não entende a importância disso perante um processo de
353 licenciamento. Perguntou se isso é uma regra interna de articulação do conselho ou se é uma
354 regra geral para todos os conselhos. Cecília lembrou que o Plano de Manejo é justamente para
355 dar as diretrizes do o que se deve proteger. Se tiverem atividades que causem impactos em
356 um alvo de conservação e não forem passíveis de EIA/RIMA como será o procedimento, é a IN
357 que poder regrar.

358 Alexandre Krob disse que o conselho por ser deliberativo tem o poder de tomar decisão
359 ou quando for consultado ou quando quiser tomar decisão. Uma vez que somos deliberativos
360 não há necessidade de existir nada que diga que é obrigatório acolher a deliberação do
361 conselho, pois isso já está juridicamente implícito. Cecília lembrou de um entendimento da
362 Secretária adjunta da gestão passada, Maria Patrícia, que dizia que o gestor podia contrariar a
363 decisão do Conselho deixando o gestor numa situação muito complicada. Alexandre Krob
364 concluiu que então há necessidade de ter uma segurança complementar em função do
365 entendimento da gestão passada, para que, do ponto de vista administrativo, as definições
366 sejam acatadas de forma a não perder tempo. Tânia complementou dizendo que então a alínea
367 b não é necessária podendo ser eliminada, pois a alínea a já diz o que precisa ser dito e
368 propôs colocar em votação a eliminação da alínea b.

369 Tiago disse que existe uma manifestação oficial do Conselho dizendo que a IN é ilegal e
370 que agora esta sendo trabalhada reformulação de uma norma que teoricamente é ilegal, e está
371 sendo feito o recorte de um inciso, está sendo discutido apenas um inciso. Tiago falou que



372 compartilha da ideia de Alexandre Krob que acredita ser mais efetivo entender o contexto para
373 depois fazer a manifestação formal. Levantou outra dúvida ainda sobre o art. 13 referente o
374 inciso XI – “manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na
375 UC, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos” que no seu entender
376 não vinculam manifestação específica do gestor da unidade no seu licenciamento. Perguntou
377 como vai, numa avaliação pontual, considerar o corredor ecológico ou um mosaico que de
378 repente esteja fora da UC, porque há um ou na frase. Sugeriu um encaminhamento mais
379 amplo, com manifestação da SEMA para o Conselho no sentido de apresentar a
380 documentação do processo e pedir manifestação formal do conselho e disse que só a
381 disponibilização do número do processo não é o suficiente pois talvez alguns tenham
382 dificuldade de interpretar e/ou entender o fluxo do processo. Também perguntou se há espaço
383 para manifestação do conselho neste momento, antes da publicação da IN alterada. Cecília
384 explicou que foi colocado este assunto em pauta por conta da preocupação que a APA tem de
385 manter a transparência junto ao Conselho e que essa questão surgiu agora e como o Conselho
386 é deliberativo e soberano, tem direito de se manifestar quanto a qualquer questão pertinente a
387 APA, inclusive essa. Tiago replicou dizendo que a manifestação já foi feita no momento que
388 emitiu a Moção que diz que a IN é ilegal e que depois disso houve todo um trabalho dentro da
389 DUC e que como o recado do conselho já foi dado acha que não cabe outra manifestação.
390 Cecília deu duas possibilidades: ou reativar o CT de alteração do conselho para discutir essas
391 questões ou aguardar a publicação da IN e fazer novo manifesto após. Marcelo concordou que
392 se há espaço para discussão então que se opte pela segunda possibilidade, e completou
393 dizendo que não se sente a vontade para se manifestar hoje apenas parcialmente. Jan entende
394 que falta clareza a respeito do trâmite do processo de alteração da IN 02/2018 e que isso
395 dificulta a contribuição por parte do conselho, que não se sabe se outros conselhos se
396 manifestaram e qual o teor da manifestação e, portanto não é efetivo querer fazer outra
397 manifestação sem saber o que está acontecendo. Completou dizendo que não recorda da
398 redação tal qual como está na discussão do CT. Cecília falou que essa alteração foi incluída
399 após a discussão do CT.

400 Alexandre Krob relatou que a preocupação do Conselho relativa a IN foi a retirada do
401 seu poder deliberativo e na época houve manifestação contrária ao documento. Essa alteração
402 traz de volta o poder deliberativo ao conselho, e isso interessa, então propôs duas opções de
403 encaminhamento para deliberação do Conselho. Ou deixar o processo seguir até o final e após
404 a publicação o Conselho analisa para identificar se os principais gargalos foram solucionados,
405 ou pedir prazo para avaliação do processo e simultaneamente solicitar a revogação da IN
406 anterior. Jan entende que a primeira proposta não é interessante, pois sem saber o que está
407 tramitando corre-se o risco de ser surpreendido com uma publicação nociva ao Conselho e que
408 precisará ser alterada novamente. Quanto à segunda proposta, sugere que o processo seja
409 disponibilizado para os conselhos e que seja apresentado um cronograma de manifestações
410 dos conselhos para que no final se construa um documento que contempla todos os anseios
411 dos conselhos.

412 Terezinha disse que todo o processo está muito confuso e que achou incoerente a
413 atitude do Conselho, uma vez que no mesmo dia em que foi feita uma Moção que discorre
414 sobre a ilegalidade da IN também criou uma CT para discuti-la. Disse que será difícil
415 contemplar os anseios de todos os Conselhos Gestores, pois cada um deve estar fazendo as
416 suas alterações que não necessariamente irão convergir para um documento que agrade a
417 todos. Acha que é mais interessante revogar a IN e mudar o regimento, porém não tem certeza
418 de qual proposta é mais adequada. Cecília falou que a IN é importante para regulamentar os
419 trâmites externos ao regimento interno.



420 Lucídio releu a seguinte parte da lâmina de apresentação "...buscando deixar o mais
421 semelhante à original, porém, suprimindo e alterando os assuntos que não estavam de acordo
422 com o funcionamento dos conselhos gestores. O grupo entendeu que alguns artigos estavam
423 se sobrepondo ao que o Regimento Interno dos Conselhos deve tratar, então foram
424 suprimidos." E perguntou se o que está guiando a alteração é o regimento interno dos gestores
425 ou o do Conselho? Cecília explicou que só existe o regimento interno de cada UC e que a ideia
426 que essa frase quis dar é que todas as questões que puderem ser regulamentadas via
427 Regimento devem ser feitas por esse instrumento e apenas as questões que são de ordem
428 geral ou que não estejam elencadas no regimento sejam deliberadas na IN, e reforçou que
429 concorda que é difícil para o Conselho deliberar qualquer coisa sem ter se apropriado da
430 minuta completa. Terezinha perguntou se é possível que o conselho se manifeste solicitando a
431 derrubada da IN e a modificação do regimento. Leticia respondeu que o conselho é livre para
432 fazer a manifestação que entender melhor e Cecília lembrou que pela IN se sobrepor
433 hierarquicamente ao regimento, se for publicada, o conselho é obrigado a seguir, e por isso é
434 tão importante que todos contribuam para que o documento seja adequado para esse
435 colegiado. Lucídio falou que falta entrosamento entre a DUC e todos os conselhos e que é
436 possível se chegar a um denominador comum. Jan disse que a IN é necessária pois contempla
437 as regras gerais para todas as UCs mas é importante que se tome cuidado para não postular
438 assuntos de caráter regimental na IN, os dois instrumentos devem se complementar, e nunca
439 se sobrepor.

440 Cecília pediu que o conselho se manifestasse quanto a deliberação. Jan propôs a
441 emissão de uma correspondência ao DBio solicitando vistas ao processo e informando que o
442 Conselho deseja se manifestar. Priscilla sugeriu que se abra essa possibilidade para outros
443 conselhos. Cecília ressaltou que a única perda que existe é que enquanto não se definir a
444 alteração da IN segue valendo a 02/2018. Alexandre Krob reforçou sua proposta de deixar o
445 processo seguir até o final e após a publicação o Conselho analisa para identificar se os
446 principais gargalos foram solucionados. Jan complementou colocando que a minuta deveria
447 passar primeiro em todos os conselhos e depois ir para análise das instâncias superiores
448 dentro da SEMA. Alexandre Krob retirou sua primeira proposta e acompanhou Jan sugerindo
449 um prazo de 60 dias para manifestação de todos os conselhos. Jan demonstrou preocupação
450 com a possibilidade de publicação antes das manifestações. Ficou acordado entre todos que
451 seria encaminhada a minuta de alteração da IN 02/2018 e um memorando do conselho
452 solicitando prazo de 60 dias para manifestação.

453 Ao final dessa pauta Tiago seguiu discutindo a necessidade de revisão da composição
454 do conselho paralelamente ao momento em que se está construindo o plano de manejo e disse
455 que entende ser importante decidir nesta plenária, lembrou épocas passadas onde a questão
456 de quórum para deliberação era prejudicada por existirem várias entidades e que esse
457 problema foi sanado reformulando este assunto no regimento baixando para um quórum
458 mínimo para deliberação sem mexer nas entidades. Cecília explicou que muitas entidades já
459 perderam suas vagas por conta do número de faltas e que existe a necessidade de fazer algo a
460 respeito, principalmente por se tratar de um mento impar, que é a construção do Plano de
461 Manejo, e que a intenção é aproveitar o momento para buscar a paridade do Conselho. Tiago,
462 na condição de representante de uma entidade, falou que se sente penalizado por causa de
463 entidades que nunca vieram. Cecília alertou Tiago sobre as faltas que sua entidade também
464 tem e se comprometeu em apresentar o quadro de presenças para a apreciação da plenária na
465 próxima reunião, além disso combinou que enviará a memória de reunião de abril que levou a
466 essa proposta de diminuição das vagas da FIERGS para 2, com esse material há subsídios
467 suficientes para discussão e deliberação na reunião de setembro.



468 Tânia informou que no regimento já consta a regra para a saída das entidades faltantes
469 e que é favorável a isso, disse que os gestores passados sempre insistiam em resgatar e
470 manter as entidades tentando fazer troca de representantes dentro da entidade para evitar sua
471 exclusão, lembrou do compromisso que Marcelo assumiu de fazer mais uma tentativa de
472 resgate dos sindicatos rurais, dizendo que acha desnecessário, porém, como a assembleia não
473 discorda isso será feito, sugeriu que se estabeleça um prazo para que haja retorno dessas
474 entidades e pediu que em caso positivo, essas entidades assumam o compromisso e
475 realmente sejam assíduos nas reuniões. Também disse que não entende que o conselho deve
476 necessariamente ser paritário, caso as entidades de uma categoria não tenham interesse.
477 Nesse momento Cecília falou que o que está em questão é a abertura das vagas para outras
478 entidades afins que manifestaram interesse nas vagas que não estão sendo ocupadas, aí
479 nessas condições Tânia concordou com a abertura. Tânia, que está neste conselho desde a
480 primeira reunião, contou que a questão das 4 vagas da FIERGS já foi exaustivamente discutida
481 e assume que ao fim e ao cabo, foi uma das pessoas que foram a favor das 4 vagas, uma vez
482 que a discussão era infundável, sendo o grupo dividido entre pessoas que não aceitavam que o
483 conselho não fosse paritário e outros defendiam o direcionamento de 4 vagas para uma
484 mesma instituição, caso um dos lados não cedesse e o regimento não seria finalizado. Esse
485 fato ocorreu na época de sua criação, hoje estamos em outro momento onde as entidades
486 estão bem definidas e classificadas corretamente. e existes a necessidade e possibilidade de
487 fazer esses ajustes. Entende que não existe problema nesses ajustes, pois buscando a
488 paridade a única coisa que muda é a entidade que assume, pois a vaga permanece. Cecília
489 explicou que em alguns casos a vaga é extinta como no exemplo do ICMBIO que não tem
490 outra entidade que pode assumir no seu lugar e, portanto caso não haja interesse na vaga a
491 única opção é sua extinção.

492 A última pauta da reunião foi relativa à estrutura administrativa e financeira, onde
493 Cecília falou a respeito dos recursos da APA. REFAP está subsidiando o Plano de Manejo.
494 TRANSPETRO subsidiou a aquisição da sede e alguns equipamentos, ainda existe uma parte
495 desse recurso que será utilizado na construção de um galpão multifuncional, aquisição de
496 equipamentos, pesquisa, capacitação, educação ambiental, entre outros. Tudo foi apresentado
497 em um quadro que relacionava rubrica, descrição, quantidade e valor.

498 A respeito dos recursos humanos são duas analistas ambientais (Agrôn. e Biól.), 2 Guardas-
499 parques efetivos (chegada do Guilherme e mais dois interessados) *Uma em licença. Além
500 disso temos vigilantes 24h e serviço limpeza.

501 Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de
502 Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Letícia Rolim Vianna encerrou a reunião
503 agradecendo a presença de todos e eu Letícia Rolim Vianna lavrei a presente ata.